

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA SERRA DA CARREGUEIRA

- DELIMITAÇÃO DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL -



f e v e r e i r o d e 2 0 1 4

C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N T R A

Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território

DIVISÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS, PLANEAMENTO E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

FICHA TÉCNICA:

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Coordenação geral:

Ana Queiroz do Vale, Arq.^a

Luís Ferreira, Arq.^o

Maria del Carmen Lemos, Arq.^a

Coordenação técnica:

Tiago Trigueiros, Arq.^o Urbanista

Elaboração:

Ana Mafalda Vaz Martins, Arquiteta (Coordenação interna)

Álvaro Terezo, Geólogo

Cármem Duarte, Antropóloga

Marília Barata, Geografia e Planeamento Regional

Pedro Rodrigues, Arq.^o

Rui Carriço, Arq.^o

Teresa Moutinho, Arq.^a Paisagista

Ana Costa, Assist. Técnica

Paulo Oliveira, Assit. Técnico

Victor Adrião, Assit. Técnico

Eduardo Torres, Assist. Técnico

Colaboração Interna:

Teresa Simões, Arqueóloga (MASMO)

Maria Teresa Caetano, Historiadora (CMS/Gabinete de Apoio à Vereadora do Pelouro da Cultura)

Com o apoio das diversas Direções Municipais, departamentos e divisões da Câmara Municipal de Sintra, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS), e Empresas Municipais.

Colaboração externa:

ERENA – Análise Biofísica

UCP – Estudo de Tráfego

IST - Avaliação Ambiental Estratégica

dBLab – Mapa do Ruído

ÍNDICE GERAL

1 - Metodologia	3
2 – Reserva Agrícola Nacional em vigor e delimitação da RAN bruta.....	4
3 – Identificação das áreas a excluir da RAN	5
4 - Reserva Agrícola Nacional Líquida na área do PUSC.....	7
5 – Documentos Cartográficos	9

Índice das figuras

Figura 1 – RAN Bruta na área do PUSC (validada pela ERRA-LVT)	5
Figura 2 – Identificação das áreas onde é proposta a exclusão da RAN	5
Figura 3 – Quadro descritivo e justificativo	6
Figura 4 – Proposta de RAN Líquida no âmbito do PUSC	10

1 – Metodologia

A presente proposta de delimitação da RAN ocorre no âmbito da elaboração do Plano de Urbanização da Serra da Carregueira (PUSC) e restringe-se territorialmente à área deste Plano, sendo devidamente identificada na respetiva Planta de Condicionantes.

O Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março, procedeu a uma revisão profunda do regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN), tendo revogado o Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho

O novo regime da RAN introduz na ordem jurídica a nova metodologia de classificação das terras, conforme recomendação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Assim, de acordo com essa recomendação as terras e os solos passam a classificar-se em cinco classes (A1, A2, A3, A4 e A0), que vão das terras com aptidão elevada para o uso agrícola genérico (A1), até às terras sem aptidão (inaptas) para o uso agrícola (A0). Nos termos do novo regime (n.º1 do Art.º 8º) as áreas a integrar na RAN consistem nas unidades de terra que apresentam elevada aptidão agrícola ou moderada aptidão para a atividade agrícola que correspondem às áreas classificadas como A1 e A2.

No entanto e de acordo com o previsto no n.º 1 do Art.º 7º do novo regime, nas áreas do país em que não tenha sido publicada a informação cartográfica que materializa a classificação das terras e para efeitos de delimitação da RAN, recorre-se à classificação dos solos segundo a sua capacidade de uso, de acordo com a metodologia definida pelo ex-Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário.

Assim atendendo que não foi ainda publicada informação cartográfica da classificação dos solos para o concelho de Sintra e consequentemente para a área abrangida pelo PUSC, nos termos do referido no parágrafo anterior e considerando a situação de elaboração deste Plano optou-se por manter a classificação dos solos subjacente à Carta de RAN do Concelho de Sintra atualmente em vigor.

Deste modo pretendeu-se assegurar a delimitação da RAN bruta para a área do Plano nos termos da lei em vigor.

A primeira tarefa consistiu então na identificação da RAN Bruta, o que foi feito em articulação com a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT). Foi solicitado e esta entidade a validação da RAN existente à escala adequada ao instrumento de planeamento territorial em elaboração, nomeadamente no âmbito de elaboração do PUSC.

Essa delimitação vetorial foi fornecida pela DRAPLVT a 22 de novembro de 2012¹, sendo que a informação utilizada foi validada pela Entidade Regional da Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo (ERRALVT) na sua reunião de 15 de novembro de 2012.

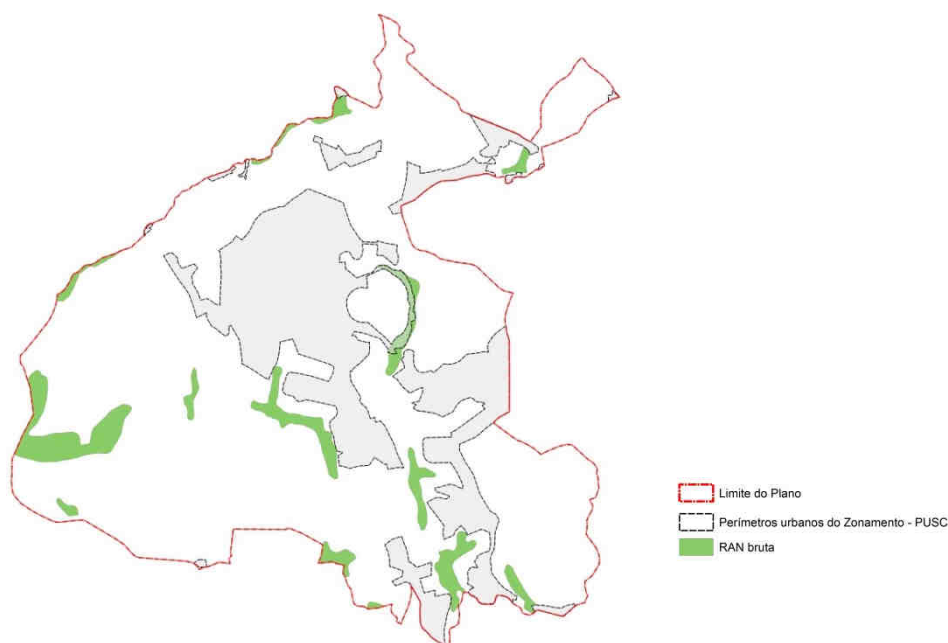
Num segundo passo, para concretizar a delimitação da RAN líquida na área do Plano, foi confrontada a RAN bruta com o zonamento da proposta do plano e identificadas as áreas de sobreposição entre as manchas de RAN e os perímetros urbanos, ponderando todas as situações tendo em conta quer a viabilidade de exploração agrícola dos solos em causa, face a situações consolidadas, quer as opções de classificação do espaço ao nível do zonamento (planta de zonamento do PUSC).

2 – Reserva Agrícola Nacional em vigor e RAN Bruta

A carta municipal da RAN para o concelho de Sintra atualmente em vigor foi aprovada pela Portaria n.º 651/93 de 7 de Julho. É constituída por um conjunto de áreas delimitadas de acordo com as regras definidas pelo Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de Junho que aprovou o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.

Conforme se pode ver na figura 1 estas áreas situam-se sobretudo em zonas adjacentes às principais linhas de água que atravessam o território do Plano – Ribeira das Jardas, Ribeira de Belas e afluentes.

Figura 1 – RAN Bruta na área do PUSC (validada pela ERRA-LVT)



¹ Ofício n.º OF/3/2012/DDR/DRAPLVT

3 - Identificação das áreas a excluir da RAN

A proposta de delimitação resume-se, conforme foi adiantado no número anterior, à exclusão de áreas da RAN que integram o perímetro urbano definido na proposta do PUSC.

Estas exclusões fundamentam-se considerando o disposto no n.º1 do Art.º 10º do regime jurídico da RAN que estipula que *“não integram a RAN as terras ou solos que integrem o perímetro urbano identificado em plano municipal de ordenamento do território como solo urbanizado, solos cuja urbanização seja possível programar ou solo afecto a estrutura ecológica necessária ao equilíbrio do sistema urbano”*.

Foram consideradas integralmente todas as áreas de RAN, independentemente da sua dimensão, que estivessem inseridas nos perímetros urbanos definidos no zonamento do PUSC, para identificação das áreas a excluir.

As áreas a excluir identificam-se com o número 1 e 2, conforme peça desenhada n.º 01 (**Erro! Auto-referência de marcador inválida.**).

Passa-se assim a identificar cada área a excluir da RAN para definição da RAN líquida assim como a respetiva justificação:

Zona 1 – Reduzida área a norte (com 1.033 m²), classificada no PDM em *solo rural (espaço cultural e natural de nível 1)*, que na proposta do PUSC passa a *solo urbano* pela redelimitação do perímetro urbano adjacente, que fica circunscrito aos limites do loteamento aprovado (1ª fase) n.º LT/35/2000. A exclusão não compromete a totalidade da mancha RAN identificada para aquela área, e apenas se deve essa inserção em solo urbano em virtude de já ser um compromisso urbanístico;

Zona 2 - Área classificada no PDM de Sintra como *espaço urbanizável de desenvolvimento turístico, espaço agrícola de nível 1, e espaço cultural e natural de nível 1*. Área a ser excluída da RAN (57.109 m²) para integrar a estrutura ecológica urbana. A proposta do Plano prevê para esta área espaços verdes urbanos associados ao desporto especializado – golfe, considerando que essa ocupação foi definida no alvará de loteamento n.º 24/95.

De acordo com o Decreto-Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio, os espaços *“com funções de equilíbrio ecológico e de acolhimento de actividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, agrícolas ou florestais, coincidindo no todo ou em parte com a estrutura ecológica municipal”* integram a categoria de espaços verdes urbanos (alínea d), Art.º 21º).

Este equipamento desportivo faz parte de uma urbanização essencialmente residencial, cujas regras de ocupação do solo estão devidamente garantidas no respetivo título de licenciamento já referido o que inviabiliza a utilização agrícola destes terrenos. Destaca-se igualmente que esta operação urbanística foi alvo de estudo de impacte ambiental (EIA).

Figura 2 – Identificação das áreas onde é proposta a exclusão da RAN

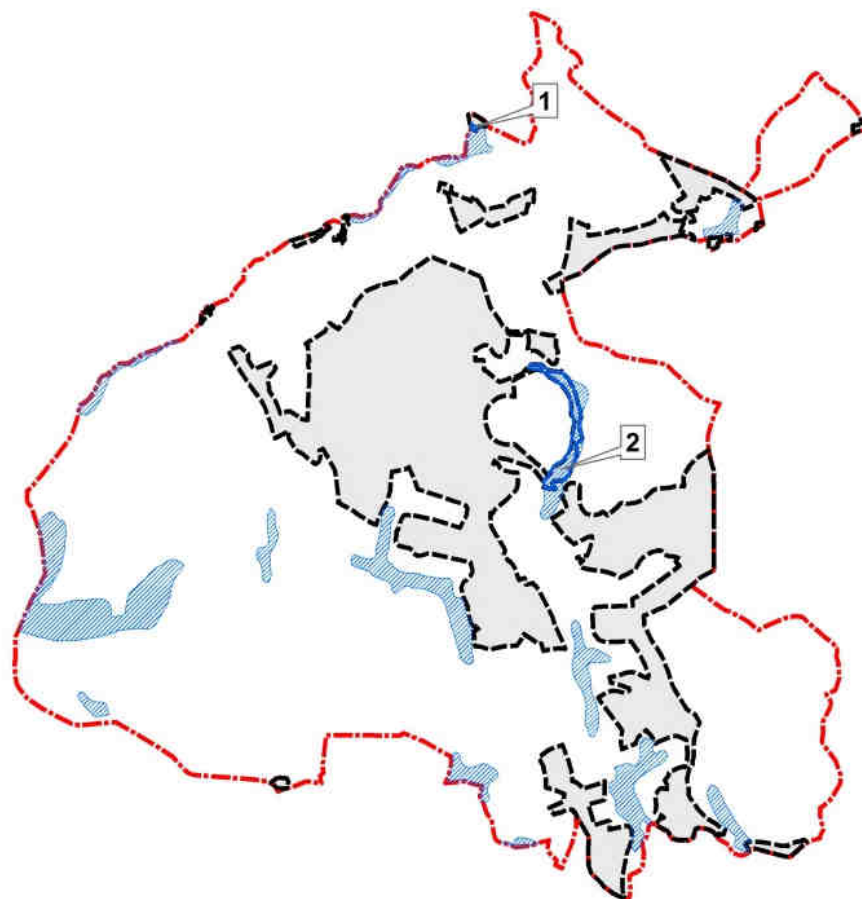


Figura 3 – Quadro descritivo e justificativo

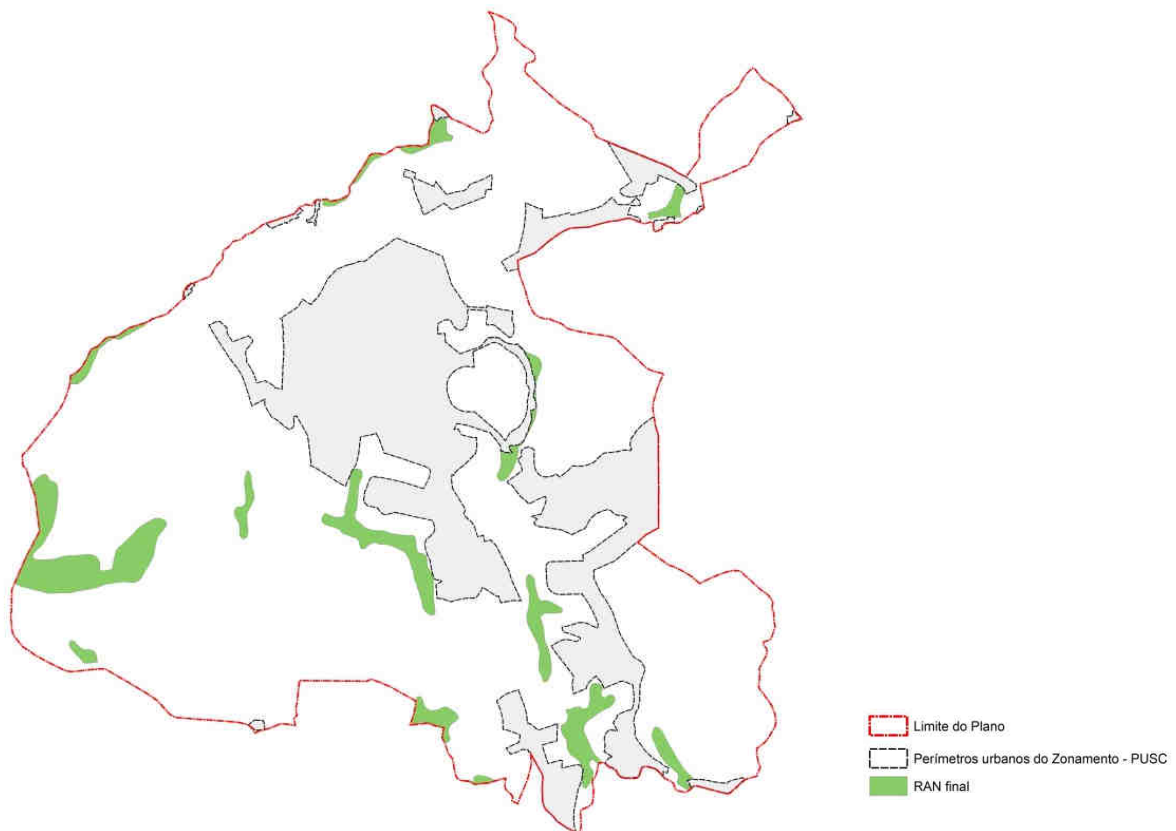
N.º	Área (m ²)	Classes do Ordenamento PDM	Fim a que se destina (Categorias zonamento PUSC)	Justificação
1	1.033,00	Espaços urbanos	ZU_baixa-densid_5 (DB5)	Inserção em perímetro urbano por loteamento aprovado
		Cultural e Natural - nível 1		
2	57.109,00	Urbanizável de Desenvol. Turístico	ZU_Espaços Verdes Urbanos 2 (EVU-D)	Inserção em perímetro urbano por ocupação do alvará de loteamento n.º 24/95
		Cultural e Natural - nível 1		
		Agrícola - nível 1		

4 – Reserva Agrícola Nacional líquida na área do PUSC

A presente proposta de delimitação da RAN, na área abrangida pelo PUSC (desenho n.º 03), a RAN líquida perfaz uma área de 889.890 m² (89ha) correspondente a 5,20% da área do Plano. Verifica-se uma redução pouco significativa (58.142m²) em termos quantitativos da área afeta à Reserva Agrícola no âmbito do PUSC: 948.032 m² para 889.890 m².

Assim, a proposta de áreas a integrar a RAN na área do P.U. da Serra da Carregueira corresponde à RAN bruta validada pela ERRA-LVT conforme referido no ponto 1, com exclusão das manchas inseridas nos perímetros urbanos da proposta de zonamento do Plano.

Figura 4 – Proposta de RAN Líquida no âmbito do PUSC



5 - DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

Índice

01 – Proposta de delimitação da RAN – áreas a excluir	Esc. 1/10.000
02 – Proposta de delimitação da RAN – áreas a excluir / zonamento.....	Esc.1/10.000
03 – Proposta de delimitação da RAN – RAN líquida	Esc. 1/10.000